

O “desenvolvimento” provocado pela expansão do cultivo da banana na comunidade quilombola de Serrote - PE



The “development” caused by the expansion of banana cultivation in the quilombola community of Serrote – PE

Elijalma Augusto Beserra ¹, Maria Helena Maia e Souza ², Maria Augusta Maia e Souza Beserra ³

RESUMO

O advento da fruticultura no Submédio São Francisco e seus expressivos resultados econômicos têm inspirado alguns grupos de camponeses praticantes da agricultura familiar a buscarem, na atividade, um aumento da renda familiar. Uma das culturas que vem ganhando espaço neste grupo social é a banana, principalmente devido a seu baixo custo de implantação e da menor complexidade do trato agrícola, quando comparado com a cultura da manga e da uva, por exemplo. A comunidade Quilombola de Serrote vem experimentando uma expansão generalizada da monocultura da banana em seu território, com resultados econômicos auspiciosos, mas que não vem representando segurança alimentar e nutricional, muito menos conseguindo modificar o quadro de vulnerabilidade da comunidade. A melhoria da renda auferidos por parte do grupo, além de não representar um desenvolvimento libertador e ecologicamente sustentável, vem causando problemas socioambientais como a degradação de áreas irrigadas, a perda de capital social coletivo em decorrência da falta de equidade na evolução social do grupo, bem como sua capacidade de envolver-se socialmente nas causas coletivas. Nesta perspectiva, torna-se importante analisar até que ponto o crescimento econômico do corpo social em decorrência da expansão do cultivo da banana não tem se tornado um “des” envolvimento deste grupo tradicional.

Palavras-chave: Monocultura. Crescimento econômico. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The advent of fruit farming in the Submédio São Francisco and its expressive economic results have inspired some groups of peasants practicing family agriculture to seek, in the activity, an increase in family income. One of the crops that has been gaining importance in this social group is the banana, mainly due to its low cost of implementation and the lower complexity of the agricultural treatment, when compared with the cultivation of mango and grape, for example. The Quilombola Serrote Community has been experiencing a generalized expansion of banana monoculture in its territory, with auspicious economic results, but which does not represent food and nutritional security, much less due succeeding to modify the community's vulnerability scenario. The improvement of the income received by the group, besides not representing a liberating and ecologically sustainable development, has been causing social and environmental problems such as the degradation of irrigated areas, the loss of collective social capital due to the lack of equity in the social evolution of the group, as well as its capacity to get socially involved in collective causes. From this perspective, it is important to analyze to what extent the economic growth of the social body, as a result of the expansion of banana cultivation, has not become a "des" involvement of this traditional group.

Keywords: Monoculture. Economic growth. Development.

¹ Mestre em Extensão Rural. Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina, Pernambuco, Brasil. E-mail: elijalma@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6445-347X>

² Graduada em Pedagogia. Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina, Pernambuco, Brasil. E-mail: helenamaia22@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0050-2783>

³ Graduanda em Medicina. Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina, Pernambuco, Brasil. E-mail: augusta.maia@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0087-099X>

INTRODUÇÃO

De acordo com Silva et al. (2016) e Maurano et al. (2011) o termo “república das bananas” é uma expressão de cunho pejorativo utilizada ao fazer-se referência a um país normalmente latino-americano, “politicamente instável, submisso e atrelado cultural, econômica e politicamente a um país rico [...] que tem sua economia em grande parte dependente da exportação de um único produto agrícola” (SILVA, 2016, p. 8).

Não que a Comunidade Quilombola de Serrote, localizada na Zona Rural de Santa Maria da Boa Vista, no estado de Pernambuco, seja um exemplo de “república das bananas”. Todavia, muito provavelmente os males causados a Honduras, país caribenho que deu causa ao surgimento do termo em decorrência da elevada dependência econômica de uma commodity agrícola, no caso específico a banana (MAURANO, 2011, p. 8), certamente podem ser encontrados no cerne das carências sociais encontradas na comunidade do Serrote.

Importante destacar que nesta etnologia componentes como progresso, evolução e desenvolvimento foram discutidos pelos autores procurando não “cair nas armadilhas do economicismo, que geralmente recorre a uma ideia de etapas de desenvolvimento” (FREITAS, 2016, p. 50), mas compreendendo que o progresso só pode ser visto como desenvolvimento se este for social e ambientalmente sustentável (ABRAMOVAY, 2010, p.113), (LEFF, 2009, p. 19) e libertador (SEM, 2010, p. 28), (FREITAS, 2016, p. 51).

No esteio de tudo que foi anteriormente apresentado, pode-se considerar que a despeito do progresso registrado na comunidade do Serrote após a difusão da monocultura da banana e principalmente após uma série de governos progressistas no Brasil, a vulnerabilidade social ainda persiste, pois o passivo social que a décadas assola a coletividade não poderia ser sanado em poucos anos. Do mesmo modo, ainda persistem algumas dificuldades na base do corpo social brasileiro, com destaque para as sociedades rurais, e especificamente nas coletividades rurais tradicionais.

Nestes grotões nacionais é possível ver, ao lado de mães que falam alegres de filhos fazendo mestrado na capital e de jovens que relatam com olhos brilhantes suas conquistas na universidade, carência socioeconômica, marcada pelas ausências de saúde,

saneamento, lazer e mercado de trabalho, como bem destaca Tonet (2008) apud Veiga et al. (2011) e Soares (2006).

Desta forma, ao fazer-se uma análise do caso específico da comunidade de Serrote não era de se esperar cenário diferente da maioria das sociedades tradicionais rurais nordestinas. Em Serrote, não obstante a evolução econômica dos moradores gerada em especial ao cultivo da banana, que nas palavras de uma das mais antigas moradoras do local “não deixa o povo passar fome”, o desenvolvimento socioambiental e cultural não é percebido.

O que se permite é inferir que a forma como se difundiu entre os membros da coletividade a monocultura da banana, verdadeiramente acabou criando um “des”envolvimento dos membros dos grupos de outras frentes de luta. A renda auferida pelos bananais criou uma sensação de estabilidade econômica, capaz de diminuir o nível de envolvimento dos membros da comunidade em demandas tradicionais como a luta pela regularização da terra.

A presente pesquisa busca identificar os fatores que vêm impedindo que o crescimento econômico vivenciado por estes coletivos possam ser sinônimo de autonomia e desenvolvimento, no sentido descrito por Freitas et al. (2016), Gehlen (2004), Sen (2010) e Tonet (2008), para o qual só há desenvolvimento quando se “valoriza os interesses da sociedade, em geral, e dos locais, de forma particular, priorizando a vida, enquanto qualidade e durabilidade, em detrimento ao crescimento ou acumulação econômica (GEHLEN, 2004, p. 101).

METODOLOGIA

Durante acompanhamento dos trabalhos de implantação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) na Comunidade Quilombola de Serrote, foi identificada a relação de dependência da comunidade com a cultura da banana. Com o objetivo de identificar como se reproduzia a relação socioeconômica dos agentes sociais da comunidade, em decorrência da adoção da monocultura da banana, foi realizada, no período de agosto de 2018 a julho de 2019, uma série de visitas nas comunidades rurais que compõem a Comunidade Quilombola de Serrote, na Zona Rural do Município de Santa Maria da Boa Vista, no estado de Pernambuco.

No decurso das visitas de campo foi realizada uma série de entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade, lideranças locais, agentes de saúde e diretores da associação de moradores de Serrote. Na oportunidade, foram colhidas informações quanto ao surgimento da comunidade e sua origem cultural, bem como o histórico da implantação da monocultura da banana na comunidade, elementos como as dificuldades enfrentadas pelos agricultores irrigantes, e quais as alternativas que vinham sendo aplicadas para o enfrentamento dos efeitos deletérios da dependência econômica de uma monocultura.

Ao longo da execução dos trabalhos foram desenvolvidas atividades com vistas a identificar e dimensionar o objeto da pesquisa, que teve como objetivo descrever experiências desenvolvidas e vivenciadas por diversos agentes sociais e econômicos da comunidade de Serrote, e como estes supostos desenvolvimentos vem alterando características culturais do grupo social. Para dar fundamentação teórica aos estudos foi desenvolvida pesquisa descritiva exploratória com uma abordagem qualitativa dos dados levantados durante as visitas de campo, ao lócus de estudo e em consequência, dos levantamentos bibliográficos em livros, catálogos, documentos pertencentes ao arquivo da comunidade e dos órgãos estatais com ação na região.

Na elaboração desta pesquisa buscou-se realizar um exame do atual estágio socioeconômico dos grupos sociais que formam a comunidade do Serrote. Na oportunidade procurou-se tomar como referência primordialmente os elementos socioculturais e, naturalmente, os econômicos, tendo em vista que a realidade das sociedades em países de economia puramente capitalista é sensivelmente influenciada por questões econômicas.

De forma, consonante ao procedimento anteriormente descrito, tomando-se como referência os ensinamentos de Abramovay (2010), Cavalcanti (2015), Freitas et al. (2016), Leff (2009) e Sen (2010) para identificar as transformações ocorridas no corpo social objeto do estudo. Esta escolha representou a opção pela adoção de uma lente socioambiental na forma de proceder a busca e consequente identificação dos referidos efeitos destas mudanças.

Neste momento do trabalho, o cientista social autor da pesquisa, fundamentou suas bases doutrinárias nas perspectivas filosóficas dos pensadores anteriormente descritos, de

sorte que suas inferências em relação ao progresso ou desenvolvimento experimentado pela comunidade de Serrote nos últimos anos, estão apresentados sob um entendimento de bem-estar social (TONET, 2008, p. 29), qualidade de vida, equilíbrio social e diversidade humana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com informações repassadas pelo Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), replicadas pela Fundação de Mulheres Quilombolas do Serrote (Elaine, 2015), e confirmadas por lideranças locais entrevistadas, a Comunidade Quilombola de Serrote, formada por “descendentes da negra Ana Rodrigues” (CCLF, 2008, p. 140), inicialmente era chamada de “Pé de Serrote” (CCLF, 2008, p. 140), tendo em vista que a região onde o corpo social foi inicialmente instalada era localizada na base de uma estrutura geológica (figura 01) conhecida na região como “serrote”.

Ainda consoante a relatos históricos repassados por agentes de saúde local e moradores da comunidade, em meados do século passado, umas das anciãs da população teve uma revelação, na qual, uma entidade lhe solicitava que no topo da serra, fosse erguida uma gruta em reverência a Nossa Senhora do Carmo (figura 01).

Este desejo veio a ser concretizado a partir de esforços e intervenção pessoal da senhora Maria Rodrigues, conhecida por Maria do Serrote, que juntamente com religiosos da coletividade e da sede do município de Santa Maria da Boa Vista/PE concretizaram a construção da gruta e das estruturas de acesso ao topo do morro.

A gruta abriga a imagem da Nossa Senhora do Carmo que, conforme informação dos comunitários, foi trazida de Bom Jesus da Lapa/BA por seu Bisavó, o Senhor André Piloto. Certo é que a gruta se tornou ponto de romaria para praticantes da religião católica.

Figura 01 – Vista do rio São Francisco, a partir do Serrote e Gruta de Nossa Senhora do Carmo no monte Carmelo



Fonte: BESERRA (2019).

Além do Monte Carmelo existe no corpo social outros templos católicos (figuras 02), a igreja de Bom Jesus da Lapa, localizada na base do Monte Carmelo, e a Capela de Nossa Senhora Aparecida, que anteriormente era de Nossa Senhora de Santana. Essa predominância doutrinária revela um pouco da reminiscência cultural da comunidade e suas raízes etimologia ligada a grupos quilombola da região baiana de Bom Jesus da Lapa (CCLF, 2008, p. 140).

Figuras 02 – Templos religiosos da comunidade do Serrote



Fonte: BESERRA (2019).

Como consequência deste sincretismo cultural e refletindo a devoção da comunidade, depois de certo tempo, os líderes religiosos da região passaram a apoiar as romarias, de sorte que o local consolidou-se como centro de culto religioso católico, passando a receber anualmente, no mês de julho, romarias de devotos que se dirigiam ao monte para comemorar o dia de Nossa Senhora do Carmo.

A religiosidade acabou dando nome a afluência rochosa que passou a ser chamada de “Monte Carmelo” em alusão ao monte de mesmo nome localizado em Israel, famoso entre os cristãos por ser, supostamente, o local onde o profeta Elias combateu os seguidores de Baal (Wikipédia, 2017).

Outras teorias também difundidas dão conta que o nome do morro faz referência a Fraternidade do Carmo, da qual pertencia os religiosos que deram início a realização dos novenários carmelitanas em devoção a Nossa Senhora do Carmo (ARARIPE, 2008, p. 27). A mesma Santa para quem, segundo o CCLF e Comissão Estadual Quilombola (2008), foi consagrada a gruta construída para abrigar a imagem que durante muitos anos esteve exposta no Monte Carmelo (CCLF, 2008, p. 140).

Em relação a origem étnica da comunidade, dados da Fundação Palmares, revelam que o cadastro da Associação Quilombola do Serrote foi realizado em 2008. Ainda em conformidade com este documento a coletividade do Serrote possuía na época aproximadamente 178 famílias que se autoconsideram quilombolas.

Este processo de auto reconhecimento e posterior certificação junto a Fundação Palmares foi estruturado em critérios identitário de auto atribuição, trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra e notadamente pela história de resistência à opressão histórica sofrida.

Neste contexto cultural o corpo social do Serrote acabou sendo certificado em 10 de abril de 2008, passando a ser reconhecida e classificada como Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ). Este reconhecimento no entendimento dos líderes e moradores da Comunidade Quilombola de Serrote representa um marco nos 200 anos de luta pela ocupação das terras tradicionais de seus antepassados, localizadas no sopé do monte Carmelo.

Muito embora reconhecida pela Fundação cultural Palmares como CRQ a mais de 10 anos, ainda se vê na coletividade uma questão social relacionada a regularização da posse da terra por parte do Instituto Nacional de Reforma Agraria (INCRA). De acordo com atual presidente da Associação, “sem a titularidade definitiva da terra os agricultores não conseguem empréstimos para investir na irrigação, tendo que sobreviver com a agricultura de subsistência”.

Esta informação colabora com as conclusões do Relatório do Direito Humano à Terra, Território e Alimento, promovido pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, no qual Sauer (2010) relata que a Microrregião de Petrolina no Sertão de São Francisco de Pernambuco, “esta possui 18 comunidades quilombolas reconhecidas e/ou em processo de reconhecimento, totalizando 1.807 famílias. Dentre elas, nenhuma possui título territorial, e algumas sequer possuem procedimento de titulação territorial aberto no INCRA” (SAUER, 2010, p. 7).

Muito em consequência desta questão econômica e fundiária, a constituição demográfica do corpo social acaba por sofrer acentuadas variações ao longo do tempo e dentro de um mesmo ano. Pesquisas realizadas junto a moradores e a Fundação de Mulheres Quilombolas de Serrote revelaram que a quantidade de pessoas na comunidade variou em decorrência ao processo de migração que existe em Serrote e nos demais povoados da região. Esse processo de transmigração envolve principalmente jovens do sexo masculino, mão de obra mais disponível, que deixam as coletividades para buscar trabalho das cidades maiores da região, ou em área irrigadas de cidades próximas, deixando na comunidade originária um processo de estagnação econômica.

Outra característica marcante na formação da comunidade de Serrote diz respeito à maneira como se constrói a organização social do grupo. Neste ponto merece destaque a aparente coesão social do grupo, todavia mais relevante é a forma como o grupo valoriza a identidade de gênero. Reflexos destas características pode ser percebida na formação das lideranças locais, bem como, no formato com se dá a gestão da associação, constituída por grupos de líderes compostos primordialmente por mulheres, como é o caso da Fundação de Mulheres Quilombolas do Serrote, na qual, de acordo com Elaine (2015), as deliberações quanto a forma de desenvolver as ações são decididas em meio a plenárias com as lideranças e a sociedade.

A comunidade Quilombola de Serrote é formada por um conjunto de 6 (seis) microterritórios comunitários ou aglomerados de moradias, todas localizadas na Zona Rural do Município de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco. No tocante a organização produtiva, parte expressiva dos moradores da Comunidade de Serrote dedicam-se a atividades de agricultura e a pesca, outra parcela dedica-se a suinocultura, em decorrência da fartura de rejeito de banana, bem como a caprinocultura na área de sequeiro. Além deste contingente existe uma parcela de trabalhadores que labutam em

atividades não rurais como professoras, motorista de transporte escolar, mecânica de moto, pedreiro, gestor de bar, intermediário na comercialização do mercadorias agrícolas produzidas na coletividade, entre outras.

Este fenômeno comum às comunidades rurais é o que Tonet (2008) referindo-se a Soares (2006) chama de novo rural, que nada mais é do que a busca de alternativas para melhorar as condições econômicas da família campesina. O escritor chega a dizer que este tipo de atividade não-agrícola passou a “compor parcela significativa da renda no meio rural. Nessa perspectiva, o meio rural torna-se multifuncional e articulado ao meio urbano” (TONET, 2008, p. 29).

Dentre as atividades agrícolas, além da monocultura da banana, nas ilhas são produzidas culturas como cebola, mandioca e macaxeira. O que se observa ao ouvir o corpo social é que poucos são os agricultores que se arriscam em outras culturas como a acerola e o maracujá, alegam estes agricultores que a banana “deixa todo mês sem precisar gastar com trato, as outras frutas gastam muito”.

Também contribui para a massificação do cultivo da banana na comunidade, características como as técnicas de manejo e a precocidade, que conforme cartilha da CODEVASF, “a colheita ocorre entre 12 a 16 semanas após a emissão da inflorescência, realiza-se a colheita manual dos cachos de vez” (CODEVASF, 1998, p. 21). Associa-se a isso a questão da produtividade da banana que em conformidade com dados da empresa de desenvolvimento “a produtividade estimada varia de acordo com o manejo da banana, obtendo-se em plantios irrigados bem conduzidos até 31 t/ha” (PENSA, 2008, p. 20), sendo que, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, “a média nacional é de 12,5 t/ha” (EMBRAPA, 2009, p. 5).

Finalmente a rusticidade da planta que se reflete no manejo. Por ser uma fruta típica de região tropical, a banana vem se adaptando muito bem a região de Santa Maria da Boa Vista/PE. Ainda de acordo com o estudo da CODEVASF/PENSA (2008), o custo de produção da cultura é representado em sua maioria por insumos que chegam a “54% do total desde a formação até a produção principal. Os principais insumos usados na produção da banana são as mudas, sacos para cachos, e fertilizantes” (PENSA, 2008, p. 20).

Como no caso da forma de manejo realizado na comunidade de Serrote é marcadamente artesanal e de aspecto familiar “com grande capacidade de adaptação” (GEHLEN, 2004, p. 99), a grande maioria dos insumos não são utilizados. Outro fator que não contabilizado pelo preço de mercado e que torna mais baixo o custo de produção é a utilização da mão de obra familiar no manejo das plantações. Por tudo isso a plantação de banana vem crescendo por todas as áreas que permitem irrigação na comunidade.

Ainda na seara das estruturas econômicas, quando analisa-se a perspectiva de qualificação das atividades agrícolas desenvolvidas na população, verifica-se que o único investimento público na área de fomento de arranjos produtivos locais (APL) detectado nos microterritórios é uma casa de farinha que está sendo construída com recursos do Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural), órgão de fomento ligado ao governo estadual de Pernambuco.

Segundo informações repassadas pela Senhora Josélia T. dos S. Marques, líder comunitária local, a construção da Casa de Farinha é fruto de projeto que tem como instituição financiadora o Governo Estadual, o qual, através do ProRural, celebrou convênio com a Associação Agropecuária, Turística, Artesanal e Quilombola do Serrote (ATUAR), com vista a promover o fomento da economia local, mediante a agregação de valor aos produtos agrícolas da comunidade.

Ocorre que a cultura a ser beneficiada neste caso é a mandioca, que não tem a mesma difusão da banana, carro chefe da agricultura local. A Extensão Rural, ou a falta dela, lançou mão de práticas difusionistas de transferência de tecnologia, sobre a qual Tonet (2008) apud Rogers (1969), afirma que esta metodologia de intervenção dá-se “em razão da Teoria da Difusão de Inovações, sem as devidas considerações com o espaço e o público trabalhado” (TONET, 2008, p. 28).

Na mesma direção Duarte (2011) critica esta forma de atuação dos entes governamentais, que ao levar suas soluções preconcebidas, acaba por negligenciar os saberes locais. Sobre o difusionismo Duarte (2011) sentencia que:

O Difusionismo utilizava diversos canais de comunicação: reuniões comunitárias, explicações em dias de campo, informações pelo rádio, pelos periódicos, pelos manuais agrícolas e convencimento dos líderes de opinião da comunidade com o objetivo de influenciar as unidades familiares no meio rural [...] O

difusionismo também chegava encarnado do espírito da modernidade: as inovações vinham para solucionar o problema das antigas práticas; o “velho” sendo arrancado pelo “novo”, tanto no campo quanto na cidade (DUARTE, 2011, p. 403).

Observa-se que outras intervenções poderiam ter sido adotadas, tendo em vista que a banana, como principal produto da economia local, poderia ser beneficiada para agregar valor ao produto. Se a ATUAR, em sua composição, faz alusão a artesanato, muito provavelmente este arranjo produtivo poderia ser incentivado.

Outra questão importante de ser analisada é a finalidade que é dada a banana classificada como de segunda qualidade, ou como os agricultores chamam, a “boia”, o refugo. Este insumo que não é adquirido pelos atravessadores acaba sendo usado na alimentação dos suínos, subutilizando um insumo que poderia ser beneficiado, caso existisse uma unidade de beneficiamento de frutas ou produção de doces.

Outro dispositivo de destaque na formação da Comunidade Quilombola de Serrote é a cultura. Sendo que um dos componentes mais relevantes é a religiosidade. Nesta seara a coletividade é formada majoritariamente por adeptos da religião católica, sendo reconhecida como a região do Monte Carmelo.

Ainda em relação à questão da religiosidade, muito embora marcada por uma história de luta, fé e resistência, não foi identificado no povoado nenhum templo que promova o culto à religiosidade, à cultura e à tradição afrodescendente, mesmo o corpo social sendo autodeclarada Quilombola.

Na área educacional foram identificadas duas escolas no território. A primeira foi a Escola Municipal Pedro Roma, sendo que unidade de ensino, segundo dados dos populares entrevistados, foi fechada pela municipalidade sob a alegação de falta de condições estruturais e pequeno número de alunos matriculados. Atualmente a edificação encontra-se abandonada e se deteriorando com o tempo. Espaço que poderia estar sendo utilizado para ações sociais e práticas produtivas.

A segunda unidade de ensino é a Escola Municipal Araújo Jorge. Com o fechamento da Escola Pedro Roma os estudantes de todos os 6 (seis) microterritórios comunitários foram nucleados no educandário situado na região de Serrotinho. Esta

unidade possui atualmente aproximadamente 150 alunos matriculados, distribuídos em dois turnos, não apresentando as condições adequadas para a prática do magistério.

Destaca-se que os ambientes naturais e culturais existentes na localidade poderiam ser melhor explorados, gerando nova fonte de recursos para o corpo social, o qual poderia difundir este APL de forma consorciada ao artesanato produzido em pedras e palha de bananeira, bem como a culinária típica da região, projeto que poderia ser desenvolvido em parceria com os governos municipais e estaduais e parcerias com órgãos como o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

Pesquisar a realidade socioeconômica da Comunidade Quilombola de Serrote, em decorrência da evolução econômica experimentada por seus moradores, após o advento da introdução massiva do cultivo da banana é uma tarefa que pode levar para diferentes caminhos. Se o pesquisador, de forma reducionista, contenta-se com as questões puramente econômicas, possivelmente ele encontrara um cenário de crescimento. Entretanto, se o estudioso considerar que no desenvolvimento social existe elementos com maior poder de modificação da sociedade que não apenas a economia, muito provavelmente o cientista se disporá a fazer uma análise do momento histórico vivenciado pela coletividade, com uma visão muito além do adstrito ao viés economicista, neste caso, indubitavelmente, a investigação levará o pesquisador a indagar sobre quais os reflexos deste fenômeno sobre a ecologia, cultura e condições sociais do grupo.

Como é possível imaginar, para entender como se dá um processo de crescimento de uma sociedade, necessariamente, um pesquisador social, tem que se dispor a trabalhar a partir de conceito de desenvolvimento que seja socialmente libertador e ecologicamente sustentável. Essa concepção de investigação identificará que os progressos que ocorrem sem conexão com as demais áreas que não a econômica, acabam por influenciar de forma negativa no processo de envolvimento do grupo com suas lutas históricas.

Um crescimento que não deixa seus reflexos positivos na cultura, no meio ambiente e na identidade do grupo acaba sendo um dispositivo que alimentará as diferenças sociais, permitindo que uma pequena parte do grupo disfrute desse processo, ao passo que a grande maioria da comunidade e o meio ambiente passam a ser explorados pelo primeiro grupo. Este contexto exemplificado foi representado quando de um debate realizado pela

publicação inglesa *The Economist* (The Economist, coluna “Face Value”, 4.7.2009), material este posteriormente utilizado por Cavalcanti (2015) que profetizava que “*you cannot negotiate with nature*” (CAVALCANTI, 2015, p. 174).

Assim como não dá para fazer negócio com a natureza, não se negocia com a tradição ou com a cultura de um povo, muito menos com as perspectivas e anseios sociais de uma comunidade. Quando um progresso é construído sobre estes elementos ele não é um desenvolvimento social emancipador. Daí a importância de se buscar o desenvolvimento pregado e defendido por Cavalcanti (2015) e compartilhado por Abramovay (2010), Freitas et al. (2016), Leff (2009) e Sen (2010), segundo o qual:

Só pode haver desenvolvimento que seja sustentável. Pois se ele é insustentável, vai acabar. Não é, portanto, desenvolvimento, mas alguma coisa como um espasmo, passageiro. O desenvolvimento sustentável é aquele que permanece. Quem o sustenta em primeiro lugar é a natureza, o ecossistema, do qual dependemos para tudo. Dessa forma, para que possa sustentar-se, ele tem que levar em conta as regras e os limites que lhe são determinados. Sem descuidar do bem-estar humano, dos valores da cultura, da realização plena da cidadania (CAVALCANTI, 2015, p. 175).

Reforçando esta preocupação Abramovay (2010) ao falar das conquistas sociais alcançadas pela sociedade brasileira durante a última década, momento em que parcela da sociedade conseguiu superar a linha da pobreza, afirma que, mesmo nestes, ainda “persistem as formas mais graves de desigualdade no acesso à educação, à moradia, à condições urbanas dignas, à justiça e à segurança” (ABRAMOVAY, 2010, p. 98).

Ocorre que, durante as visitas à comunidade não foi possível ver modificações nas carências socioeconômicas existentes em 2010. Em Serrote a população ainda padece de elementos como ausência de segurança alimentar e nutricional, saúde, saneamento, lazer e mercado de trabalho, subsídios essenciais para uma vida socialmente digna como destaca Tonet (2008) ao referir-se a Veiga et al. (2011) e Soares (2006).

Portanto ao fazer-se uma análise da evolução econômica gerada pela adoção da cultura da banana na comunidade de Serrote, faz-se necessário expandir a perspectiva de análise e buscar, segundo as ideias difundidas por Sen (2011), um solução para a pobreza dos comunitários, mas, como ensinava o economista “a pobreza como uma privação de

capacidades básicas, e não apenas como baixa renda” (SEN, 2011, p. 35), (FREITAS, 2016, p. 58).

Importante também esclarecer que o sentido de privação de capacidade para Sen (2011) envolve a restrição do sujeito a elementos como nutrição adequada, educação, saúde, cultura, lazer, oportunidade de emprego e igualdade de gênero (SEM, 2011, p. 35), (FREITAS, 2016, p. 55), nesta concepção não é possível classificar o aumento auferido pelos moradores do Serrote com a venda das banana como um desenvolvimento.

Isso porque, na interpretação da definição de desenvolvimento apresentado por Sen (2011) em Freitas et al. (2016), mesmo se alguns membros do grupo se desenvolveram, se este desenvolvimento não é disseminado pelo grupo social, não pode ser considerado como tal. Reside nesta ideia distributiva de benefícios sociais um dos pilares do desenvolvimento libertado, daí porque a importância de ser trabalhada com vista na coletividade não apenas no indivíduo, que para Freitas et al. (2016) é um “agente de mudança, e não receptores passivo de benefícios” (FREITAS, 2016, p. 57).

Neste entendimento se um membro do grupo passa a ter melhorias econômicas que lhe permite buscar fora do espaço geográfico em que reside, condições dignas de saúde, educação, lazer e cultura, caso este cidadão não se sinta instigado a beneficiar sua comunidade com os mesmos benefícios, não se pode dizer que o corpo social passou por desenvolvimento segundo a teoria de Sen (2011) em Freitas et al. (2016). Em Sem (2011) não há desenvolvimento se não existe igualdade, se o desenvolvimento não é coletivo (FREITAS, 2016, p. 61), mas para que isso ocorra a igualdade deve ser vista como “a equidade de liberdade que as pessoas têm” (FREITAS, 2016, p. 57).

Outro ponto que deve ser analisado diz respeito ao passivo ambiental que o suposto desenvolvimento tem causado. Convergente com Silveira (2013) em uma plantação de bananas com densidade de 1.600 plantas/ha, irrigada com sistema localizado de microaspersão, registra-se um consumo de água da ordem de “16.000 m³ de água/ha/ano, ou seja, em média cerca de 28 litros de água diário por bananeiro, com temperatura média anual de 21° C” (SILVEIRA, 2013, p. 2).

Os dados apresentados por Silveira (2013) já seriam considerados elevados, ocorre que na comunidade de Serrote, de acordo com estudos realizados por Nakazato (2009)

para realização de projeto de abastecimento de água, a temperatura média anual é da ordem de 24.8° C, o que implicaria em um consumo de água maior por planta.

Tendo em vista que estudos realizados por Silva (2015), que usou dados de Freitas et al. (2007) verificou-se que a demanda hídrica da cultura da banana na região semiárida do Vale do São Francisco apresenta uma taxa de “evapotranspiração (ETc) médias variando entre 1.752 e 2.054 mm, sendo que na região do Submédio São Francisco esses valores podem chegar até 2.356 mm anuais” (SILVA, 2015, p 50), ou seja, ainda conforme Silva (2015), na região da comunidade de Serrote, faz-se “necessário uma maior lâmina de irrigação para suprir a necessidade hídrica da cultura da banana” (SILVA, 2015, p 68).

Ocorre que a forma como o cultivo da banana é desenvolvida na comunidade de Serrote não apresenta uma adequada e moderna técnica de manejo agrícola, em especial no que tange ao controle da lâmina de irrigação. O que se verifica é um excesso de quantidade de água aplicada, fato que além de colocar em risco o solo da região, representa um elevado potencial de dano ambiental, tendo em vista a inexistência de sistema de drenagem.

Ainda sobre a preponderância da cultura da banana na área da coletividade, muito provavelmente esta tendência também esteja relacionada a importância que as plantações de banana têm na região do submédio São Francisco. Consonante a Silva (2015) em conformidade com dados da EMBRAPA (2009), a bananeira “ocupa o terceiro lugar, no que se refere à produção e área cultivada, ficando atrás da uva e da manga; além disso, a banana, nessa região, possui uma produtividade superior à média nacional” (SILVA, 2015, p 8).

Muito embora outras cultivares apresentem uma maior relevância para a fruticultura do Vale do São Francisco, como a implantação de lavouras de manga e principalmente uva, estas são atividades que exigem muito investimento e um elevado nível de técnica no manejo agrícola. O cultivo da banana, devido sua adaptabilidade e rusticidade no manejo, acaba sendo mais acessível aos agricultores da região.

Como apontado anteriormente, existe um passivo ambiental que vem sendo gerado pela cultura da banana e que necessita ser computado pelos agricultores no momento da comercialização de suas produções, entretanto, o que se tem verificado na região, é que

na realização das atividades econômicas não se considerando a capacidade produtiva do meio ambiente em que ela está inserida.

Este é uma falha que deve ser considerada, pois como ensina Cavalcanti (2015) apud Penna (2008) como referência, “as crescentes conversões de materiais e energia em bens e serviços da sociedade de consumo estão inequivocamente [...] aumentando a desordem do sistema Terra, representada pela degradação do ambiente natural (Gabaglia Penna, 2008)” (CAVALCANTI, 2015, p. 172).

Fato que vem sendo observado é a queda da qualidade da produção, bem como a diminuição da produtividade dos bananais, pois ocorre que estas sequelas acabam sendo compensadas com o aumento da exploração dos trabalhadores rurais, isso porque, segundo afirmação do Senhor Antônio (2019), morador do local, “os atravessadores só querem levar a banana de primeira qualidade, as bananas menores eles não querem”.

Neste cenário de subordinação às demandas do mercado, cabe aos agricultores o passivo da perda de valor de seus insumos, e como não há uma organização do corpo social para beneficiamento deste produto, o mesmo acaba sendo subutilizado na alimentação dos porcos criados na comunidade.

Como se vê, o suposto desenvolvimento acaba não representando mudanças, evolução ou progresso (SEN, 1999, p. 3) das condições socioambientais dos agricultores e suas famílias, que convivem com as mesmas vulnerabilidades existentes antes da disseminação da banana. Logo, este processo não é crescimento, de acordo com os ensinamentos de Sen (1999), que conceitua o desenvolvimento como um “processo de expansão das liberdades reais, algo de que as pessoas gostam, ou seja, mais cidadania” (CAVALCANTI, 2015, p. 176).

Não bastasse esta mais valia que explora o agricultor, vê-se desenvolver uma perda de envolvimento dos indivíduos nas lutas tradicionais da coletividade, e o ganho econômico gerado pela banana para determinado grupo de comunitários acabou gerando a perda de confiança no corpo social, do capital social (BOURDIEU, 1998, p. 75) que existia no grupo.

Como consequência desta perda de envolvimento social, passou-se a predominar um sentimento individualista, e atualmente até a associação de moradores é questionada

em sua legitimidade, ao tempo em que, o próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Boa Vista (STR) não consegue manter sua representatividade.

Neste momento faz-se necessário buscar o que falava Bourdieu (1998) sobre a necessidade de se ter confiança no grupo, e como a falta de pertencimento pode contaminar a relação. Diz o francês:

A existência de uma rede de relações não é um dado natural, nem mesmo um dado social, constituído de uma vez por todas e para sempre por um ato social de instituição (representado, no caso do grupo familiar, pela definição genealógica das relações de parentesco que é característica de uma forma social), mas o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e uteis, aptas a proporcionar lucros materiais e simbólicos (BOURDIEU, 1998, p. 76).

Este sentimento de participação do indivíduo na composição do capital coletivo (BOURDIEU, 1998, p. 77) é algo muito sensível especialmente em comunidades tradicionais como é o caso da Comunidade Quilombola do Serrote, na qual elementos como identidade, cultura, organização familiar e saberes tradicionais adquirem outros valores e formas de empoderamento, quando comparados com sociedades urbanizadas não faz tanto sentido.

Reside nesta particularidade um dos motivos da fragilidade de estudos puramente economicistas realizados em comunidades tradicionais. Experiências antropológicas têm demonstrado que nestas espécies de organização social, diferentemente das coletividades urbanizadas, a realização de pesquisas socioeconômicas levando-se em conta apenas os critérios exclusivamente econômicos não têm demonstrado ser a técnica mais adequada e suficiente para esclarecer os processos de mudanças sociais ocorridos.

Contribui para a dificuldade de um outsider a estas sociedades tradicionais entender porque um eventual crescimento no poder aquisitivo de um grupo seja catalizador de um processo de dispersão social, ou queda do envolvimento, ao invés de resultar em desenvolvimento. O fato é que a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável e emancipador nas análises econômicas é algo bastante recente, muito embora, já tenha sido utilizada pelo renomado pensador desenvolvimentista Celso Furtado, visionário responsável pelo desenvolvimento do Submédio do Vale do São Francisco na década de

1960, na medida que foi o criador das condições necessárias para a introdução da agricultura irrigada nesta parte do Nordeste.

Mesmo em meados do século passado, o sertanejo e economista fundador da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) já defendia, conforme assinala Freitas et al. (2016), que “a desigualdade evoluía paralelamente ao crescimento econômico, as promessas de diminuição da pobreza e da miséria material não encontravam respostas frente a crescente vulnerabilidade social e ao risco aos quais os indivíduos estavam expostos” (FREITAS, 2016, p. 51).

Riscos e vulnerabilidades que mesmo com o adendo da disseminação dos bananais, ainda hoje insistem em fazer-se presente na comunidade de Serrote. De sorte que, mesmo depois da prosperidade vivenciadas nos últimos anos, quando, após uma série de governos progressistas e socialmente comprometidos com o estado de bem-estar social dos mais humildes, a população campesina, em especial nas sociedades tradicionais, ainda padece de graves problemas sociais como falta de educação, saúde, cultura, lazer e saneamento básico.

Mesmo nos áureos tempos do governo Lula da Silva, momento da história em que expressiva parcela da população brasileira sai da zona da pobreza, em muitas comunidades em maior condição de vulnerabilidade, ainda não se viu melhoras expressivas destes parâmetros sociais e das condições socioeconômicas dos moradores daquele corpo social.

Este cenário tem-se agravado com registro de retrocessos vivenciados nos últimos anos nas políticas de inclusão social, sobre os quais Silva et al. (2016) considera representar uma “ameaça à nossa jovem democracia, conquistada à duras penas, e, portanto, se constituindo num desafio essencial para reorganização das forças progressistas” (SILVA, 2016, p. 7).

Ainda de acordo com Freitas et al. (2016) que faz uso das ideias de Sen (2011) a ideia de desenvolvimento perpassa pela necessidade que os indivíduos de uma comunidade estejam dispostos “dos meios pelos quais podem realizar os fins que almejam, ultrapassando obstáculos preexistentes que condicionem ou restrinjam a liberdade de escolha” (2016, p. 53).

Fato que não tem sido observado nos moradores de Serrote, os quais preferem a estabilidade econômica fornecida pela submissão a monocultura da banana, a aventurar-se em jornadas emancipadoras disponibilizadas pela agricultura ecologicamente sustentável. Em Serrote ver-se no dia-a-dia o contraste entre o “dinamismo dos mercados (onde é crescente a demanda por produtos sustentáveis e derivados da inteligência e não da destruição) e a natureza conservadora das organizações que os compõem” (ABRAMOVAY, p. 103).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem visita a comunidade Quilombola de Serrote, localizada a 18 km da sede do município de Santa Maria da Boa Vista, de princípio se deparará com algumas cenas bem marcantes. Primeiro a beleza natural da região, com destaque para o cânion existente às margens do Rio São Francisco, suas paredes verticalizadas são encantadoras e descreve na pedra a história de resistência do velho Chico (Rio São Francisco).

O visitante mais atento também verá um contraste entre os tons de verde dos bananais irrigados e o cinza resiliente da caatinga, que, como a sociedade, resiste ao tempo em uma terra árida e pedregosa. Estas duas paisagens dispare e reveladoras na maioria das vezes encontram-se separadas por uma cerca disforme ou uma estrada irregular como os troncos das caatingueiras.

Finalmente chamará atenção, ao olhar mais crítico, a ausência do que Saraiva (1999) chamaria da “*longus manus*”, ou ainda parafraseando Smith (1996) “a mão invisível” (SMITH, 1996, p. 438) do estado regulando as intervenções e necessidades humanas. Em suma, ver-se a falta de ação do estado para beneficiar a comunidade que vive em condição de vulnerabilidade por não contar com segurança alimentar e nutricional, saúde, escola de qualidade, opções de lazer e cultura e principalmente oportunidades para trabalho.

Em uma coletividade com elevado potencial sociocultural e ambiental, representado principalmente por sua cultura, tradição, saberes tradicionais e, sobretudo, por sua capacidade de envolver-se, aglutinar-se para enfrentar suas históricas lutas pelo reconhecimento como comunidade Quilombola e pela posse da terra ocupada por seus

ancestrais, ainda é possível ver grupos de crianças e jovens com poucas perspectivas de desenvolver seus talentos, potencias e saberes.

Neste tecido social, parte expressiva dos jovens, principal força de trabalho na agricultura familiar, ainda se vê obrigada a migrar para outras regiões em busca de emprego, deixando para trás idosos marcados pelo cansaço do tempo. Não dá para discordar que a disseminação do cultivo de banana representou um expressivo aumento do rendimento da maioria das famílias. Mas até que ponto esse crescimento pode ser visto como sinônimo de desenvolvimento?

Fugindo do economicismo é possível verificar que o advento da difusão do plantio de banana na quase totalidade das áreas irrigáveis, não obstante tenha apresentado bons resultados econômicos, na concepção de Abramovay (2010), Cavalcanti (2015), Freitas et al. (2016), Leff (2009) e Sen (2010) não pode ser considerado como exemplo de desenvolvimento, tendo em vista que as transformações ocorridas no corpo social objeto do estudo, não resultaram em uma independência dos indivíduos das benesses e assistencialismos interesseiros do políticos e empresários.

Não obstante o direito a adoção de ideologia diversa, a luz dos autores anteriormente citados, o aumento da renda dos agricultores não representou um desenvolvimento que fosse socialmente libertador e ecologicamente sustentável, pois a comunidade, à custa de um passivo ambiental crescente, vem perdendo seu capital social e sua capacidade de se envolver com as lutas comuns. Lutas que, mesmo apresentadas de forma pontual na comunidade do Serrote, são comuns a outras comunidades da região. Vê-se a necessitam desta forma de desenvolvimento ser mais estudadas e pesquisadas, visando entender a causa dessa passividade. Visto que a experiência da Comunidade Quilombola de Serrote indicar que o desenvolvimento, que poderia ser resultado da monocultura da banana, acabou sendo um “des” envolvimento do grupo social, que ainda convive em condição de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? **Novos Estudos**, n. 87. São Paulo, CEBRAP, 2010.

ARARIPE, André; NASCIMENTO, Erika. Sertão quilombola. **A formação dos quilombos no sertão de Pernambuco**. Olinda: Centro de cultura Luiz Freire. 2008. 156 p.

BOURDIEU, Pierre. O Capital Social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAVALCANTI, Clóvis. Pensamento socioambiental e a economia ecológica: nova perspectiva para pensar a sociedade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, Curitiba, dez. 2015.

CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE (CCLF). **Sertão quilombola**: a formação dos quilombos no Sertão de Pernambuco. Olinda: CCLF, 2008. 148.

CODEVASF. **Guia de Cultura**. Brasília: CODEVASF, 1998.

DUARTE, Ricardo; SOARES, Jeferson Boechart. Extensão Rural e Comunicação Rural no Brasil: Notas Históricas e Desafios Contemporâneos. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**. v. 1, n 2, p. 397-426. Departamento de Economia Rural - CCA - UFV. jul-dez. Viçosa, MG: 2011.

ELAINE. Silva. **Fundação de Mulheres Quilombola do Serrote**. Prosa: 2015. Disponível em: <https://prosas.com.br/empreendedores/1714-fundacao-de-mulheres-quilombolas-do-serrote>. Acessado em: 02 jul. 2019.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRICA - EMBRAPA. **Sistemas de Produção da Bananeira irrigada**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2009.

FREITAS, Tanise Dias. et al. Amartya Sen e o Desenvolvimento como Liberdade
NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. (Orgs.) **Introdução às teorias do desenvolvimento** [SEAD/ UFRGS]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. **São Paulo em Perspectivas**, v. 18, n. 2, p.95-103, São Paulo, Abr./Jun, 2004.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação e Realidade**, 34(3), Set/Dez. 2009.

MAURANO, Adriana. et al. Tendências e desafios do constitucionalismo latino-americano. **Cadernos de Pós-graduação em direito**, Comissão de Pós-graduação da faculdade de direito da USP, n. 3, 2011, p. 7-15, USP, São Paulo: 2011.

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. (Orgs.) **Introdução às teorias do desenvolvimento** [SEAD/ UFRGS]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

NAKAZATO, Deniti. Sistema de Abastecimento de Água in **Diagnóstico e estudo de alternativas para o Município de Santa Maria da Boa Vista**. v. único, DRENATEC. São Paulo: 2009.

PENSA - CENTRO DE CONHECIMENTO EM AGRONEGÓCIO. **Cadeia produtiva de fruticultura (banana): oportunidade de investimento em banana nos vales do São Francisco e do Parnaíba**. Brasília: CODEVASF, 2008.

SARAIVA, Vicente de Paulo. **Expressões latinas jurídicas e forenses**, São Paulo: Saraiva, 1999.

SAUER, Sérgio; FLORÊNCIO, Jackeline. **Relatório do Direito Humano à Terra, Território e Alimento, Relatório da missão à Petrolina e Região do Rio São Francisco (PE)**. DHESCA: Recife, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade / Amartya Sen**; Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVEIRA, Bruno. **O consumo de água na cultura de bananeiras**, Divulgação de informação do Comercio Agroalimentar – DICA: Madeira, Portugal. 2013.

SILVA, Maurício Roberto da. et al. O Assalto à democracia, golpe e “jogo sujo” e “o jogo cada vez mais sujo” na “republicueta das bananas”. **Revista Motrivivência** - UFSC, v. 28, n. 47, p. 6-13, maio/2016, Florianópolis: 2016.

SILVA, Felipe Bernardes. **Consumo de água de culturas cultivadas em perímetro irrigados na Bacia do São Francisco: Relações de equivalência e influência na produção de energia elétrica**. Dissertação para Programa de Pós-graduação em engenharia Agrícola – UFV. Viçosa. 2015.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua natureza e suas causas. v. 1, São Paulo: Nova Cultura, 1996.

TONET, Ricardo M. Algumas sugestões sobre o novo papel da Extensão rural frente ao desenvolvimento local sustentável. **Informações Econômicas**, SP, v. 38, n. 10, out, 2008.

Recebido em: 20 de Maio de 2020.

Aceito em: 07 de Setembro de 2020.